



Educação Unisinos

E-ISSN: 2177-6210

revistaeduc@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Mury Bergmann, Leila

Quem está olhando as crianças na escola?

Educação Unisinos, vol. 15, núm. 3, septiembre-diciembre, 2011, pp. 181-187

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449644456003>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

Quem está olhando as crianças na escola?

Who is watching the children?
The use of video camera in Infant Schools

Leila Mury Bergmann
lmuryb@terra.com.br

Resumo: O artigo apresenta resultados de uma pesquisa que teve como foco o tema da vigilância como forma de controle de sujeitos sociais. Com base em material empírico composto por trechos transcritos de entrevistas informais realizadas com pais, professoras e diretoras de escolas da rede particular de ensino de educação infantil de Porto Alegre (RS), o estudo analisou as diferentes opiniões de atores sociais envolvidos na discussão desse procedimento: o controle sobre a individualidade de cada um. O suporte teórico da pesquisa encontra-se principalmente nos estudos de Zygmunt Bauman e Manuel Castells, assim como nas contribuições de Jurandir Freire Costa sobre ética e valores. Seu objetivo geral consistiu em compreender o avanço das mudanças tecnológicas no atual cenário de múltiplos desordenamentos em nossa sociedade neste início de século, o qual abre espaço para que se recorra à utilização desse tipo de sensor nas escolas, particularmente naquelas direcionadas ao público infantil. O estudo mostrou que o referido procedimento é fonte de grandes controvérsias.

Palavras-chave: educação infantil, câmeras de vídeo, escolas.

Abstract: The article presents the results of a research project which had as its focus the question of surveillance as a way of controlling social subjects. Based on empirical data from excerpts of transcriptions of informal interviews performed with parents, teachers and principals from private infant schools of Porto Alegre, it is intended to present different opinions from some of the social actors involved in the discussion of this procedure: the control upon each one's individuality. The studies of Zygmunt Bauman and Manuel Castells have been the principal theoretical support; we also draw on the contributions from Jurandir Freire da Costa about ethics and values. The main goal is to understand the advance of technological changes in the contemporary scenery of *multiple disorders* in our society in the beginning of this century, which allows room to resort to the use of this kind of sensor in schools, particularly in those directed to the infantile public. It has been concluded that the referred procedure is a source of great controversy.

Key words: educação infantil, videocâmeras, escolas.

Com efeito, vivemos numa época próxima ao reino da “anomia”, isto é, num estado de extrema incerteza, no qual ninguém sabe que comportamento esperar dos de mais em cada situação. As sociedades modernas, contratualistas, atomizadas, sem um fundo comum de crenças, encontram dificuldade para regular normativamente o comportamento das pessoas (Brunner, 2004, p. 35, grifos meus).

Preâmbulos

Ao dar início à escrita deste artigo, veio-me à mente a citação acima, a qual reproduzo como epígrafe, na intenção de convidar o leitor a refletir sobre um tema extremamente polêmico – e, por isso mesmo, instigante – que já faz parte do cotidiano de várias escolas de educação infantil; a saber, a instalação de câmeras digitais *on line* que capturam cenas da rotina escolar, as quais podem ser acessadas a qualquer momento tanto pelos pais dos alunos quanto por pessoas autorizadas que trabalham nessas instituições escolares. Adianto que a ideia não é a de condenar ou concordar com a utilização do chamado “olho eletrônico”, e sim discutir as práticas que funcionaram/funcionam como condições de possibilidade para a implantação de sensores (censores?) óticos monitorando o dia a dia das crianças e professores nas escolas. Além disso, essas linhas recolhem diversas preocupações e dúvidas em relação aos efeitos que podem estar sendo produzidos a partir desse procedimento: o controle sobre a individualidade de cada um.

Tendo como mote a proposta de Lei que institui a instalação de videocâmeras em escolas públicas brasileiras, apresento, em primeiro lugar, a questão da vigilância como forma de controle de sujeitos sociais; a seguir, ao transcrever alguns trechos de entrevistas informais por mim realizadas com pais, professoras e diretoras¹ de algumas escolas da rede particular de ensino de educação infantil de Porto Alegre, procuro mostrar as diferentes opiniões de alguns dos atores sociais envolvidos na discussão, recentemente cunhada de “Big Brother nas escolas”².

A partir das respostas, previamente gravadas e transcritas – servindo como pano de fundo para as análises –, discuto como esta prática de vigilância pode estar constituindo um modo de autocontrole através da inserção dessa nova tecnologia nas escolas. Como suporte teórico recorro, principalmente, aos estudos de Zygmunt Bauman e Manuel Castells, o qual (adianto aqui), apocalipticamente, afirma que, assim como em outros espaços sociais e imbricada a outras e diversas práticas, a “transparência de nossas vidas moldará decisivamente as nossas atitudes” (Castells, 2003, p. 149).

Inevitavelmente essa proposta de discussão me convida a pensar sobre ética e valores (ou a falta deles); para tanto, trago algumas considerações na visão do psicanalista Jurandir Freire Costa. O objetivo maior é tentar compreender o avanço das mudanças tecnológicas no atual cenário de múltiplos desordenamentos³ em nossa sociedade neste início de século, o qual “abre espaço”, digamos assim, para que se recorra à utilização desse tipo de sensor nas

escolas, particularmente naquelas direcionadas ao público infantil.

O projeto de lei

Vontade de tudo ver, de tudo saber a cada instante, em todo lugar, vontade de iluminação generalizada, uma outra versão científica do olho de Deus que proibirá para sempre a surpresa, o acidente, a irrupção do intempestivo (Virilio, 2002, p. 99).

O uso de câmeras de monitoramento em sistemas eletrônicos de segurança, assim como muitas das chamadas *novas tecnologias*, apresentam-se muitas vezes não como opções, mas como fatos concretos do cotidiano. A utilização desses dispositivos de vigilância, geralmente definidos como um recurso para identificar criminosos, inibir assaltos e evitar depredações, é um fenômeno cada vez mais recorrente em todo o mundo, de tal forma que hoje em dia é difícil percorrer ruas, praças, parques, *shoppings*, aeroportos ou outras áreas de circulação pública sem deparar-se com eles. Desde o início do ano 2000, inúmeros são os anúncios na mídia de que novos projetos para a inserção desses equipamentos estão sendo implementados no Brasil, tanto em espaços abertos, como nos parques e ruas, quanto fechados, como escolas (Kanashiro, 2006).

O monitoramento em espaços abertos, no entanto, não é tão recente. Paulo Virilio e Andrés Vitalis são autores que, entre tantos outros, referindo-se à realidade europeia, afirmam que os primeiros sistemas de videovigilância foram instalados

¹ Utilizo os termos *professoras* e *diretoras* no plural feminino porque somente entrevistei mulheres.

² Refiro-me às falas de alguns alunos inseridas na reportagem intitulada *Big Brother nas escolas*, da revista Época (Mendonça, 2006).

³ O termo é de Guillermo Orozco Gómez, retirado do título de seu artigo *Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos* (Gómez, 2006, p. 81).

no início da década de 1970 com objetivo de controlar o tráfego, combater assaltos a bancos e a estabelecimentos comerciais de luxo. Ao longo dos anos 1980, esses sistemas se multiplicaram nos transportes coletivos, no comércio, em locais de trabalho e prédios. Especificamente a respeito do uso de câmeras digitais em escolas, a ideia parece ter começado justamente na educação infantil. Elas se tornaram comuns nos berçários, como forma de suavizar as preocupações das mães. Assim, acompanhar o banho e a papinha dos bebês pela rede logo se tornou “um alívio”, uma maneira de, talvez, diminuir a culpa de deixar o filho pequeno aos cuidados de estranhos, além de poder ter a certeza de que eles estavam sendo bem tratados⁴.

A esse respeito, é possível dizer que, de maneira mais geral, as pesquisas sobre câmeras de monitoramento se inserem num amplo quadro de modos de compreensão. Se tomarmos as análises foucaultianas sobre o Panóptico de Bentham, podemos dizer que as mesmas aproximam-se do modelo citado e reforçam as teorias do autor.

De toda forma, comprehendo que não há como negar o funcionamento de estratégias de visibilidade, em contextos atuais, que operam sob a lógica panóptica, em que um olhar onipresente exerce o controle do corpo social. A invenção óptica de Bentham possibilita a vigilância eficiente e permanente; uma ação de poucos sobre a ação de uma grande massa de sujeitos; estes, sabendo que estão permanentemente ao alcance de um campo de visibilidade, tornam-se autocontrolados, ou ainda, vigilantes de si mesmos. Assim, o poder disciplinar torna-se internalizado, não sendo mais necessário

o uso de ações coercitivas externas. Conforme Foucault (1987, p. 166), o principal efeito do dispositivo do Panóptico está em produzir “um estado constante e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder fazendo com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo que descontínua em sua ação”.

Em se tratando do ambiente escolar, podemos perceber que esse modelo opera de diferentes maneiras, como a própria arquitetura do prédio ou mesmo a disposição de alunos sempre ao alcance do olhar do professor, entre outras. Para interesse desta discussão destaco, por exemplo, o uso de câmeras instaladas nos diferentes ambientes da escola, as quais estão visíveis a todos quantos circulam por estes espaços, porém os monitores são de acesso restrito aos autorizados para tal.

Assim, em “quem está olhando as crianças” (expressão que utilizei como título do presente artigo) esse *quem* é indefinido, mas ao mesmo tempo se caracteriza como múltiplo, pois não se pode identificar um único sujeito nele. Ele pode estar se referindo a uma única pessoa (que não vemos e que controla todas as outras através de seus olhos eletrônicos espalhados por toda parte), pode ser os pais dos alunos (que, de suas casas ou trabalho, acessam a rede para enxergarem seus filhos) ou mesmo o “olhar interno” que normaliza e adestra os adultos (professores, atendentes, etc.) na escola, pois eles sabem que estão sendo vigiados.

Trago essas breves considerações sobre o modelo panóptico entendendo que, em contextos atuais, é cada vez mais presente a necessidade de se colocarem em prática estratégias de controle social que sejam eficientes e, principalmente, econômicas

em sua aplicação. Mesmo inviabilizada pelo governo, a lei que prevê a instalação de câmeras de vídeo nas escolas públicas já começou a ser colocada em prática no Brasil (Nobre 2010). Algumas instituições de ensino aderiram ao uso desses equipamentos – apesar de ter sido rejeitado em novembro de 2005 por unanimidade, pela Comissão de Educação e Cultura, o projeto de lei 5.736/05, do deputado federal Vieira Reis (PMDB-RJ), que prevê “o acompanhamento pelos pais, na internet, das atividades escolares de seus filhos”.

O autor do projeto justifica a inclusão de toda a educação básica “em uma extensa rede interativa”, afirmando que “na educação infantil temos as creches e as pré-escolas, que reúnem crianças de 0 a 6 anos, quando o acompanhamento é fundamental para a evolução física e psíquica e quando os cuidados com a higiene não podem esperar”.

A intenção do parlamentar – obrigar os estabelecimentos de ensino, públicos e privados, da educação básica, a instalar câmaras de segurança em suas dependências – foi adotada por vários centros de ensino, e alguns resolveram ir além (e radicalizar), não pouRANDO nem mesmo banheiros e salas de aula, que permanecem sob a vigília das lentes. Embora o objetivo das escolas seja o de garantir a segurança no local, percebem-se certa rejeição e críticas por parte dos alunos pelo fato de estarem sendo monitorados constantemente. No conhecido *site* de relacionamento virtual – o *Orkut* – já foram criadas diversas Comunidades do tipo “ODEIO Camera (*sic!*) em Sala de Aula”, que dizem se sentir “encaodiados (*sic!*) com aquela coisa olhando para vc”.

⁴ Essas considerações sobre as câmeras de vídeo nas escolas infantis foram retiradas da mesma reportagem citada na nota 2 (Mendonça, 2006).

Isso, entretanto, é diferente do monitoramento feito com as crianças menores. Considerando seu caráter preventivo e que o objetivo da Lei aqui em discussão é o de coibir a circulação de armas, drogas, etc. no âmbito escolar, a presença de câmeras em escolas de educação infantil não deixa de ser também um tema polêmico que divide opiniões entre a comunidade escolar.

Vejamos o que pensam alguns dos envolvidos na implementação deste sistema de monitoramento por câmeras de vídeo nas escolas de educação infantil. Importa esclarecer que as entrevistas que realizei constituem-se, na verdade, em conversas informais. Além disso, nem todos os pais tinham seus filhos matriculados em escolas que adotam o sistema de câmeras de vídeo (cinco deles nem sabiam da existência desse recurso).

Quanto às professoras e atendentes, conversei com algumas que também não trabalhavam em instituições escolares infantis que possuem essas câmeras. Para esses profissionais, a pergunta “o que você acha da obrigatoriedade do uso das câmeras de vídeo na escola?” devia ser respondida de forma hipotética. Ressalto que, mesmo limitada, essa pesquisa fornece alguns dados para se pensar a respeito do sistema educativo como um todo e nas transformações das relações da escola com os campos de experiência que configuram as *novas tecnologias*.

Com a palavra, os pais ou responsáveis

Ao perguntar a pais (10) de alunos de Berçário, Maternal, Jardim de Infância e Pré-Escola sobre o que achavam da ideia da possibilidade de, a um *click* no computador, ver o seu filho ou a sua filha *on line*, em tempo real, a maioria (7) afirmou achar uma excelente ideia, pois

desse modo poderiam: “matar a saudade e olhar se as tias são boas”; “ver se a criança brinca com os outros colegas e se sociabiliza”; “observar se ela passa dormindo na escolinha”; “acompanhar as atividades realizadas pelas professoras”; “conhecer melhor meu filho (!)”; “ter a certeza de que ele está sendo bem cuidado”; “saber que, se ele vai doente pra escola (pois preciso trabalhar), posso dar uma olhada para ver como estão as coisas”. Apenas duas mães disseram que não gostariam nem aprovam a ideia, e uma terceira, que ficou em dúvida, alegou que “apenas no período de adaptação do meu filho, depois nem precisa, pois a gente percebe quando os filhos gostam da escolinha”.

Ao justificar o porquê de não optarem por instituições escolares que usam câmeras de vídeo, uma delas disse que “não teria graça saber o que a minha filha fez na escola o tempo todo, pois prefiro que ela me conte em casa depois”, e a outra afirmou que “só quando meu filho estiver na adolescência, aí tem mais perigo... as drogas, a violência...”.

Observando as respostas acima, constata-se o fato de que em nenhum momento foi citada a questão da (ausência de) privacidade, sobre como os filhos se sentem ou se sentiriam sabendo que estão ou estariam sendo vigiados o tempo todo por essas câmeras. Também em nenhum momento aparece algum tipo de dúvida ou preocupação por parte dos pais em relação aos sentimentos dos professores e atendentes nas escolas diante de um panóptico eletrônico.

A esse respeito, arrisco levantar algumas hipóteses. Uma delas pode estar relacionada ao fato de haver uma enorme receptividade dos brasileiros, de modo geral, às novas tecnologias. A curiosidade criada em torno da rede fez com que os internautas brasileiros embarcassem

em peso no universo virtual na segunda metade da década de 1990, conforme mostram algumas reportagens, tais como: “para especialistas, essa forte adesão é uma característica comum entre os brasileiros, povo menos cauteloso do que o europeu, por exemplo, na hora de experimentar novidades” (Carpanez, 2005). Assim, o uso das câmeras de vídeo parece ser algo “normal”, já incorporado à chamada Era da Informação.

Já em relação à atitude de indiferença dos pais (no sentido de nem terem questionado a reação de professores sendo expostos permanentemente a monitoramento), pode ter ocorrido porque, muito provavelmente, “a variedade moderna de insegurança é caracterizada distintivamente pelo medo da maleficência e dos malfeiteiros *humanos*. Ela é desencadeada pela suspeita em relação a outros seres humanos e suas intenções” (Bauman, 2007, p. 63, grifo do autor). E talvez isso explique o fato de os pais desejarem, por exemplo, “saber se as tias são boas”. Enfim,

[a] questão não é o medo do Big Brother [...]. O aspecto mais atemorizante é, de fato, a ausência de previsibilidade das consequências de nosso comportamento exposto, segundo os contextos de interpretação, e de acordo com os critérios usados para julgar nosso comportamento por uma variedade de atores atrás da tela de nossa casa de vidro (Castells, 2003, p. 148-149).

Com a palavra, direção da escola, professoras e atendentes

Início esta seção com um comentário sobre a metodologia da entrevista informal. Segundo Gil (1999), a entrevista informal é desenvolvida de uma maneira não estruturada, diferenciando-se de uma conversação

simples pelo fato de haver um objetivo para a coleta de dados. No caso específico da presente pesquisa, a opinião de pais, direção, professores e atendentes sobre o uso das câmeras de vídeo nas escolas de educação infantil. Ao todo, conversei também com diretoras (2), professoras (6) e atendentes (4). Procurei duas escolas: uma que não faz uso das câmaras de vídeo e outra que adota esse sistema há dois anos. A escolha das escolas foi de caráter aleatório, apenas localizei as mais próximas do bairro onde moro e, naturalmente, escolhi as que prontamente aceitaram me receber.

A diretora da primeira escola afirmou que

[a] vigilância nas classes é a invasão de um espaço no qual os pais não deveriam interferir, pois as crianças, desde cedo, podem ficar com a impressão de que devem se comportar de um jeito na frente das câmeras e de outro longe delas. Todo mundo necessita ter privacidade – inclusive as crianças em sala de aula. E há também aquelas que gostam de contar aos pais tudo o que fizeram durante a aula. Outras não. E elas têm esse direito. Além disso, a câmera cria um falso conceito de disciplina, que deve ser construída de dentro para fora, e não mediante a imposição do controle.

Já a outra diretora, adepta do uso dessa “rede interativa”, sublinhou que

[o] principal objetivo de disponibilizar esse recurso (o acesso de qualquer computador que esteja conectado à internet) é o de proporcionar a visualização das atividades que seu filho está fazendo naquele determinado instante, tal fato que hoje em dia é cada vez mais difícil para os pais, que dispõem cada vez menos de tempo para conversar com o filho ou até mesmo com a professora da escola a fim de saber como está a participação da criança nas atividades por ela desempenhadas.

Além disso, conforme a diretora, os pais “aprovam porque podem matar a saudade dos filhos sempre que quiserem. Na verdade, algumas crianças fazem muita brincadeira diante das câmeras, gostam de brincar de se esconder, mas a maioria logo esquece o que está acontecendo”.

Dentre as professoras com que conversei apenas uma delas disse não se importar com a vigilância e relatou que já estava “acostumada”, porém todas as outras se posicionaram contra o uso das câmeras. Salientaram, principalmente, que “as crianças monitoradas acabam formando uma noção dupla de moralidade, ou seja, comportam-se bem diante das câmeras e se transformam quando longe delas”; “o simples monitoramento não resolve. Se o guri quiser, por exemplo, morder o colega e não puder mais fazer isso na sala, acho que ele vai fazer em outro lugar”; “a criança permanentemente vigiada não consegue refletir sobre seus atos”; “essa vigilância atrapalha o relacionamento com os alunos”; “não estamos preparados para lidar com a vigilância dentro das salas. A gente acaba agindo, muitas vezes, de um modo artificial, entende?”.

Quanto às atendentes, três delas disseram não gostar da ideia e que ficam/ficariam “com vergonha”, sendo que uma afirmou que “colocar dentro das salas é complicado, porque lá quem deve se responsabilizar pelo que acontece é o professor. Já nos corredores, pode ser até uma boa ideia”. Apenas uma disse que “não se importaria”.

A partir desse breve levantamento de opiniões, é possível perceber o quanto essa discussão é polêmica. Apesar de a maioria dos entrevistados ter apresentado um posicionamento contra as câmeras de vídeo e o projeto de lei já citado aqui ter sido arquivado, isso não significa que num futuro próximo o monitoramento eletrônico não

venha a ser obrigatório em todos os estabelecimentos de ensino. E “se esse sistema de vigilância e controle se desenvolver plenamente, não poderemos fazer o que nos agrada. Talvez não tenhamos nenhuma liberdade, e nenhum lugar onde se esconder” (Castells, 2003, p. 149). Mais: alguns estudiosos, inclusive, antecipam o que virá daqui a alguns anos:

Sabe-se que os elevados custos do acesso à internet por serviços de satélite devem diminuir, permitindo integrar cada vez mais regiões remotas aos universos digitais [...]. Dentro de casa ou nas ruas, em prédios ou no campo, a internet se assemelhará a uma estrutura quase orgânica, reagindo à nossa presença segundo nossa vontade ou mesmo contra ela. E será difícil perceber onde começam e onde terminam seus limites (Barbosa, 2005, p. 28).

Voltando às respostas das diretoras, professoras e atendentes entrevistadas sobre a implementação de câmeras de vídeo nas escolas, vale sublinhar o fato de que nem todas discordaram. E, em recente reportagem (Guia CFTV, 2007a), algumas diretoras de centros de ensino revelaram: “Os alunos deixaram de pichar os banheiros após a instalação das câmeras, mas a ideia é polêmica e não agradou a todos os pais”... “Sempre que algo errado acontece, eles afirmam que não fizeram. Mas com a câmera está tudo registrado. Não tem o que contestar”. Tais afirmações podem nos levar a considerar o que Bauman (2003) adverte ao mencionar essa frenética busca por segurança, a qual, para o autor,

[f]unctiona como todas as outras profecias: uma vez iniciada, tende a dar substância a seus motivos originais e a produzir sempre novas “boas razões” e justificativas para o movimento original. Resumindo: insere

retrospectivamente maior substância nas razões que a provocaram e produz um número crescente de causas convincentes para sua continuidade (Bauman, 2003, p. 107).

Assim é que parece que se inicia, vagarosamente, um processo que leva a nos acostumarmos, a nos habituarmos a viver em uma era em que a ordem e a segurança, ou melhor, em que o controle e a disciplina, ou ainda, em que vigiar e punir pautam cada vez mais nossas ações diante da “falta de escolha num mundo de livre-escolha” (Bauman, 2003, p. 107).

Ética/Valores: considerações gerais

“Vão invadir nossa privacidade, impedindo a gente de fazer bagunça e dar uns beijinhos [...]. Vai ser ruim porque todo mundo vai ficar santo. Aí não tem graça” (Guia CFTV, 2007b).

A escola é apenas um dos instrumentos (ou uma das instituições) responsáveis pelo desenvolvimento de comportamentos éticos. Importa ressaltar também que a ética não é uma Disciplina, embora esteja inserida nos múltiplos campos de saberes.

O fato é que a ética na educação, supõe-se, tem como objetivo formar um indivíduo consciente de seus deveres e direitos dentro de uma sociedade, além da responsabilidade de se repassar padrões (baseados, principalmente, em leis estabelecidas com fundamentos no cristianismo) para proporcionar uma margem de respeito mútuo e a si próprio a gerações futuras. Mais: ainda é muito forte e recorrente, na visão do senso comum, acreditar na ideia de que é através de instituições de ensino que são dadas as bases para a adaptação na sociedade atual.

Ao observarmos a citação acima (frases de alguns alunos que foram entrevistados sobre o uso das câmeras de vídeo), é possível perceber o quanto essas narrativas reforçam aquilo que Hannah Arendt chamou de “banalização do mal”, já que o termo “ficar santo” pode estar, no meu entender, intimamente ligado à chamada *crise nos valores éticos*.

Conforme Costa (1994, p. 17), não há “nada mais difícil do que querer dizer o que é ética”. O autor nos lembra que vivemos hoje no país da descrença das leis e de “uma razão cínica”, à qual buscamos recorrer para justificar nossas atitudes. Segundo ele, existe “um elo indissolúvel” entre o político que rouba dos cofres públicos e o cidadão que ultrapassa o sinal vermelho ou falsifica um recibo para “burlar” o imposto de renda – todos eles infringem as leis enquanto lamentam o aumento da violência nas cidades... sem perceberem que o ato de violar uma conduta da regra social já é a própria delinquência.

A esse respeito, gostaria de narrar alguns dados interessantes para essa discussão em torno da noção de ética. Há alguns anos, como professora em classes de educação infantil, presenciei diversas vezes algumas cenas que considero importante relatar: cenas de professoras que, na hora do lanche, comiam a merenda dos alunos (principalmente das crianças do maternal), ou nem se preocupavam em medicá-los nos horários estipulados pelas mães dos mesmos. Lembro-me de que, ao questionar algumas dessas professoras a respeito de suas atitudes, muitas me diziam que as mães dos alunos “jamais ficariam sabendo” ou mesmo “a escola não dá lanche para nós”... Talvez caiba aqui a afirmação de que “chegamos, assim, à terra do ‘salve-se quem puder’” (Costa, 1994, p. 12).

Acredito na relevância de comentar esses acontecimentos aqui, mesmo que de uma forma genérica, pois o que me chamou atenção – na condição de educadora – foi o fato de ter percebido como algumas professoras (repto, em geral, e eram todas mulheres) colocavam os seus interesses privados acima dos interesses comuns, sem julgar a gravidade das infrações relatadas: desde surrupiar a merenda das crianças (alegando que estas já “eram gordinhas”), colocá-las de castigo (“elas nunca irão contar aos pais, pois os bebês não sabem nem falar...”) a até mesmo negar medicação (“bobagens de mães...”) aos alunos.

Assim, elas (professoras) justificavam suas atitudes, convencidas de que estavam certas, dizendo que não iriam “perder tempo” atendendo às reivindicações dos pais, pois o excesso de zelo era “frescura”... Enfim, a maioria dos exemplos citados, possivelmente, comprova a frase de Goering (in Costa, 1994, p. 19): “correto é tudo que nos agrada”.

Trata-se aqui de uma espécie de “comprometimento” baseado, única e exclusivamente, em interesses pessoais – somado à ideia de “levar vantagem em tudo”. Nesse sentido, diante, portanto, de uma crise dos valores éticos somada ao desgaste sofrido pelo modelo de educação escolar atual, arrisco dizer que, talvez como uma tentativa de “solução” (?) para isso, somada à preocupação com a crescente onda de violência nas escolas, é que se propicia a criação de um olho eletrônico a nos espreitar.

Ilações finais

Sem a pretensão utópica de esgotar o assunto, acredito ter apenas lançado o início de um debate que, sem dúvida, envolve todos os

cidadãos neste início de século, e, à medida que a *internet* se torna a infraestrutura onipresente de nossas vidas, a questão de quem possui e controla o acesso a ela dá lugar a uma batalha essencial pela liberdade (Castells, 2003).

A colocação de câmeras de vídeo em escolas de educação infantil é fonte de grandes controvérsias. Seja para efeito de acompanhamento escolar, seja por razões de prevenção de mau comportamento, seja para apenas “matar a saudade” dos filhos ou qualquer outra razão como as já arroladas neste artigo, observa-se o fato de que não há avaliação segura a respeito dos resultados que elas terão ou teriam sobre o comportamento e as atitudes de crianças em processo de formação de seus valores éticos e morais.

De toda forma, ao realizar as entrevistas, constatei em vários momentos – tanto da minha parte como dos entrevistados – “um sentimento pessoal de perda de controle, de aceleração das nossas vidas, de uma corrida interminável rumo a metas desconhecidas – ou cujo significado evapora quando são examinadas de perto” (Castells, 2003, p. 226).

Isso posto, e diante de uma série de desafios educacionais não respondidos, parece que, no fim,

“teremos de ter o cuidado de reconfigurar as redes de nosso mundo em torno dos projetos de nossas vidas” (Castells, 2003, p. 230) e não nos surpreenderemos mais com a pergunta do filho ou da filha que, ao retornar da escola, com um sorriso, pergunta: “Pai, tu me viu no computador?”

Referências

- BARBOSA, A. 2005. *Cuidado, a internet está viva! Os incríveis cenários para o futuro desse fenômeno*. São Paulo, Editora Mostarda, 95 p.
- BAUMAN, Z. 2003. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 141 p.
- BAUMAN, Z. 2007. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 120 p.
- BRUNER, J.J. 2004. Educação no encontro com as novas tecnologias. In: J.C. TEDESCO (org.), *Educação e novas tecnologias*. São Paulo, Cortez, p. 17-75.
- CARPANEZ, J. 2005. Fascinado por inovação, brasileiro impulsiona 10 anos da web. *Folha Online*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u18517.shtml>. Acesso em: 10/10/2007.
- CASTELLS, M. 2003. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 244 p.
- COSTA, J.F. 1994. *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 180 p.
- FOUCAULT, M. 1987. *Vigiar e punir*. 25ª ed., Petrópolis, Vozes, 262 p.
- GIL, A.C. 1999. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo, Atlas, 207 p.
- GÓMES, G.O. 2006. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: D. MORAES (org.), *Sociedade midiatisada*. Rio de Janeiro, Mauad, p. 51-80.
- GUIADO CFTV. 2007a. Escolas com câmeras em banheiros e salas de aula. Disponível em: <http://www.guiadocftv.com.br/modules/news/article.php?storyid=144>. Acesso: 15/11/2011.
- GUIA DO CFTV. 2007b. ‘Big Brother’ nas escolas divide opiniões. Disponível em: <http://www.guiadocftv.com.br/modules/news/article.php?storyid=146>. Acesso em: 15/11/2011.
- KANASCHIRO, M.M. 2006. *Sorria, você está sendo filmado: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo*. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000379198>. Acesso em: 05/10/2007.
- MENDONÇA, M. 2006. Big Brother nas escolas. *Época*, edição 409. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG73503-6014,00-BIG+BROTHER+NAS+ESCOLAS.html>. Acesso em: 03/10/2007.
- NOBRE, N. 2010. Projeto prevê instalação de câmeras de vídeo em escolas infantis. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/146471.html>. Acesso em: 15/11/2011.
- VIRILIO, P. 2002. *A máquina de visão*. 2ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 118 p.

Submetido em: 09/08/2010

ACEITO EM: 15/09/2011

Leila Muru Bergmann
Universidade Federal
do Rio Grande do Sul
Av. Paulo Gama, s/n, Prédio 12201
90046-900, Porto Alegre, RS, Brasil